

ENTRE VIVÊNCIAS E TRADIÇÕES NA BARRA DO PACUÍ: O COTIDIANO E A CONSTRUÇÃO DO SABER LOCAL EM UMA COMUNIDADE RURAL RIBEIRINHA DO NORTE DE MINAS

Maria das Graças Campolina Cunha*
Camilo Antônio Silva Lopes**

Resumo: Este artigo toma como lócus de análise a comunidade rural negra Barra do Pacuí, pertencente ao município de Ibiaí-MG, localizada no espaço compreendido como sertão nortemineiro. Objetiva compreender o processo de territorialidade em seu envoltório, o saber local instituído pelas práticas de trabalho e a paisagem cultural refletida nos espaços de organização e manifestação da vida na comunidade. A comunidade é caracterizada como comunidade tradicional rural, pois apresenta nas suas interfaces uma relação de simbiose entre a população local e o meio ambiente em que estão inseridos. A mesma organiza-se socialmente através das relações de parentesco, compadrio, amizades e vizinhanças, possibilitando ao grupo se organizar enquanto coletividade para garantir a sua reprodução social, cultural e material. Existe, ainda, na comunidade, rituais que, quando praticados pelos moradores, fortalecem os vínculos de pertencimento dessa comunidade tradicional ribeirinha.

Palavras-chave: Comunidades tradicionais. Territorialidade. Organização social. Cultura.

Abstract: This article takes as analysis of lócus the black rural community of *Barra de Pacuí* which is located in the municipal district of Ibiaí-MG, located in the space known as *sertão nortemineiro* and it aims understanding the process territoriality in its wrapping, the local knowledge instituted by the work's practices and the cultural landscape reflected in the organization of spaces and manifestation of the life in the community. This territoriality is also characterized as rural traditional community, because it presents in its interfaces a symbiosis relationship between the local population and the environment in that are

* Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia e professora do Departamento de Geo-Ciências da Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: gracapira@yahoo.com.br.

**Mestrando em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: camilosantarosa@yahoo.com.br.

inserted. It is organized socially through the relationship, camaraderie, friendships and neighborhoods, facilitating to the people their organization while collectivity for obtaining social, cultural and material reproduction. In the community exists, rituals which have been practiced by the inhabitants, they strengthen the entails of belonging of that riverine traditional community.

Key-words: Traditional communities. Territoriality. Social organization. Culture.

O processo de territorialização da comunidade

Este texto incide sobre uma comunidade rural negra localizada às margens dos rios Pacuí e São Francisco no norte de Minas Gerais denominada Barra do Pacuí¹. Essa comunidade pertence ao município de Ibiaí, distante aproximadamente quinze quilômetros do município sede. O interessado em conhecê-la deverá chegar à cidade de Ibiaí e a partir daí percorrer por uma estrada vicinal de areia que em certos momentos margeia o rio São Francisco até a localidade descrita. A mesma nas suas interfaces apresenta uma população de 280 habitantes (IBGE, 2000) distribuídos em 51 famílias e 50 residências.

O termo Barra indica banco ou coroas de detritos carregados pelos cursos d'água e depositados na foz dos rios (GUERRA, 2001, p. 82); o termo Pacuí deriva do tronco lingüístico tupi-guarani e informa uma espécie de peixe. Barra do Pacuí encontra-se às margens do rio Pacuí, em sua foz, onde se encontra com o rio São Francisco. O pacuí - como também o curimatã, o surubim, o dourado, a traíra, o matrinhã - serve de alimento para as comunidades ribeirinhas.

O processo de ocupação do território remete à década de 1930, período em que no norte de Minas iniciavam-se os cercamentos das propriedades por pessoas que, ou compraram ou invadiram as terras pertencentes ao Estado. A memória coletiva local informa que a comunidade se originou a partir da chegada de cinco homens negros que chegaram ao local e estabeleceram moradia, iniciando dessa forma o cultivo da terra e a prática da pesca artesanal, garantindo a sua reprodução. A memória local informa, ainda, que, somente após algum tempo é que as mulheres chegaram à região, possibilitando os casamentos e conseqüentemente a reprodução social da pequena população que ali se instalava.

¹ Um estudo mais aprofundado sobre esta e outras comunidades rurais ribeirinhas existentes no norte de Minas está sendo efetuado pelos autores e demais pesquisadores integrantes do grupo de pesquisa "OPARÁ: Tradição, Identidade, Territorialidade e Mudança entre Populações Rurais e Ribeirinhas no Sertão Roseano", vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da UNIMONTES, com financiamento da FAPEMIG.

Paul E. Little (2004) afirma que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. A territorialidade é compreendida pelo antropólogo como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico. Portanto, compreende-se que as estratégias para garantirem a reprodução material e social de um grupo familiar ou de uma coletividade se constituem como estratégia de territorialidade.

Assim, ao analisar os processos de territorialização desse grupo local vêm à tona processos sociais vividos, tendo como dinâmica estruturante a ligação com o lugar em que habitam, pois nele se encontram os lugares e as coisas consideradas sagradas pelos moradores. Para se considerar os processos de territorialização há que considerar a transformação de um espaço da natureza em um espaço social onde são incorporados significados pela população que por meio do trabalho culturaliza a natureza. Em Barra do Pacuí, a constituição da área como espaço social, ou melhor, como um território da população que aí vive ocorreu em meados do século XX, quando alguns ancestrais das atuais famílias instituíram o *mundus*, lugar de instituição de uma ordem social vinculado a um determinado território e processaram a territorialização da área.

Importante salientar que os estudos sobre comunidades e/ou populações tradicionais são denominados no mundo acadêmico como populações ou sociedades tradicionais. Neste caso, consideramos a comunidade rural de Barra do Pacuí como uma população tradicional, pois a mesma apresenta características no seu interior que apontam para este modo de organização.

Nos estudos sobre populações tradicionais, Diegues (2004) informa que historicamente as mesmas mantêm uma simbiose com o ambiente onde estão inseridas, utilizando desta forma, os recursos naturais para garantirem a sua reprodução sociocultural bem como a comercialização dos produtos excedentes oriundos da agricultura e da criação de pequenos animais.

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela, produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse "Know-How" tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não tem outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade

populacional e limitado desenvolvimento tecnológico faz com que a sua interferência no meio ambiente seja pequena (DIEGUES, 2004, p. 87)

Essa população local desenvolve uma relação de interdependência com a natureza, utilizando técnicas e manejos de baixo impacto ambiental. As famílias desenvolvem pequenos cultivos articulando diversas áreas, sendo que algumas são colocadas em descanso e no rodízio entre as áreas onde vão desenvolvendo uma agricultura policultora. A convivência dessa população com a natureza evidencia que a mesma é guardadora da biodiversidade e de saberes tradicionais locais.

Estudos realizados no norte de Minas demonstram que onde vivem populações tradicionais tem sido o lugar da preservação da biodiversidade regional, por necessidade e estratégia de sobrevivência, tendo como princípio estruturante a diversificação para a reprodução física e social².

Organização social

Para estudar o processo social de modo concreto em uma pequena comunidade, é necessário analisar os elementos que compõem a organização social da mesma. O Antropólogo Raymond Firth (1974) ao realizar estudos sobre pequenos agrupamentos humanos afirma que no interior de uma comunidade existem quatro componentes essenciais para a sua existência social. Este autor evidencia que num grupo local existe a sua composição social, os controles sociais, os meios sociais e os padrões sociais.

Dessa forma, ao estudar a vida social da comunidade Barra do Pacuí e alicerçado nos estudos de Firth (1974), torna-se necessário analisar esses componentes sociais. A composição social do grupo local inclui a sua estrutura social no sentido restrito do termo. Compreendendo não apenas grupos incorporados e baseados no sexo, na idade e no parentesco, mas também associações de pessoas para objetivos comuns como o trabalho ou lazer. Além disso, existe a divisão das pessoas no grupo local por sua ocupação, a graduação hierárquica, a ritual, além da organização das pessoas por seu papel social e status social. Dessa forma, a composição social na comunidade constitui-se no conjunto dos papéis sociais que cada membro desempenha dentro do grupo local.

A vida em grupo local envolve os seus membros num sistema de crenças nas quais as atividades podem ser guiadas ou controladas. Esses controles sociais do espaço incluem o sistema geral de conhecimento técnico e empírico com o qual as pessoas manipulam grande parte dos recursos naturais utilizados na reprodução material e social da coletividade, além de regular o

² Neste sentido ver (Dayrell, 1998 e 2000), Luz de Oliveira (2003), Costa (2005).

comportamento social e religioso. Esses controles sociais constituem fatores reguladores da vida do grupo local.

Na comunidade Barra do Pacuí, os meios sociais tornam-se garantidores de laços com o passado. Podemos tomar como exemplo a linguagem do grupo local, além dos meios materiais – as ferramentas utilizadas e o transporte – que cristalizam os esforços e são objetos de relações de propriedade e também de atitudes emocionais. Para Firth (1974), os vínculos entre os membros, a linguagem e os bens materiais em um grupo local fornecem um aparato através do qual as relações sociais são atualizadas. Por último, os padrões sociais que representam os sistemas de valores em sua expressão. O valor pode ser compreendido como a qualidade da preferência atribuída a um objeto em virtude de sua relação com os meios e os fins.

A organização sociocultural de uma comunidade também é edificada pela conjugação de dois contextos simultâneos. O primeiro é exógeno, material e partilhado por outros grupos delimitados dentro de uma mesma fronteira, relacionando-se às noções de etnia, miscigenação e religião. A conjugação das diferenças define os contornos e as bases da cultura estabelecida.

O segundo contexto é endógeno, relacionado aos processos históricos de sua construção, aos modos de vida estabelecidos, aos fatos singulares e geradores – naturais e sociais – que ocorreram no local. Esse contexto traduz um conjunto de saberes locais, constituindo características singulares no espaço em que se solidifica, suscitado pela necessidade intrínseca ao homem da construção da identidade e do sentimento de pertencimento, configurando uma gramática sócio-cultural com suas normas, regras, formas, preceitos e valores diferenciados dos demais, tornando-a única no processo de produção da sua cultura.

Compreendemos a cultura na perspectiva de Geertz (1989, p. 15), onde ele informa que “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu. Assim, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise (...)”. Para o autor o conceito de cultura pode ser também definido como

sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 1989: p.24).

O autor corrobora que a construção do conhecimento, bem como as manifestações culturais se diferenciam nos locais em que ocorrem, distinguindo-se das demais. Apesar de apresentar aspectos comuns e características sociais que as une em conjuntos denominados étnico, nação, região, terri-

tório, o conhecimento se realiza e se manifesta em seu cotidiano localmente, ou seja, opera também em escala macro, distinguindo-se, mesmo que em pequenos gestos, ações e fazeres cotidianos organicamente comuns, das outras culturas próximas, especificidades entendidas como: “saber local”. “(...) remexendo na maquinaria de idéias passadas, as formas do saber são sempre locais, inseparáveis de seus instrumentos e de seus invólucros” (Ibidem, p. 11).

O sertão e as gentes do lugar

Impossível pensar essa comunidade ribeirinha sem nos remetermos à idéia de sertão. Compreender o sertão não é um exercício fácil³, pois os significantes e os significados do signo sertão são dependentes do lugar em que o enunciante está localizado, isto é, o espaço que ele ocupa ao se posicionar sobre o signo.

Neste sentido, Amado (1995), afirma que, para os portugueses, o Brasil todo era um grande sertão; para o habitante do Rio de Janeiro no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade, no obscuro e desconhecido espaço dos indígenas; para o bandeirante paulista do século XVII ou XVIII, o sertão era os atuais estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, interiores perigosos, mas dourados, fonte de mortandade e riquezas. Essa autora informa, ainda, que sertão representava liberdade e esperança: liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de uma vida melhor e mais feliz. Desde o início da História do Brasil, o sertão sempre configurou uma perspectiva dual, contendo em seu interior uma virtualidade, a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de onde se estava falando.

Se anteriormente foi dito que o significado de sertão depende de onde o enunciante se encontra, no nosso caso, falamos do sertão de dentro do sertão. Dessa forma, inicialmente, a nossa abordagem sobre essa temática visa o espaço situado no estado de Minas Gerais e compreendido como sertão nortemineiro, espaço de transição ecogeográfica e social que compreende nas suas interfaces a articulação de vários biomas que constituem a paisagem sertaneja nortemineira, como a caatinga, o cerrado, faixas de mata atlântica, veredas e chapadas, e de várias culturas e projetos civilizatórios (COSTA, 2005).

Localizada no espaço compreendido como sertão nortemineiro, a comunidade Barra do Pacuí apresenta na sua vivência social elementos culturais próprios dessa região, ou seja, apresenta uma cultura diferenciada na qual é

³ Neste sentido ver Lopes (2006).

denominada de cultura sertaneja, interpretada por Costa (1997, p. 82) como

o resultado do caldeamento de modos de comportamento, relações, saberes e fazeres de etnias diferenciadas que se colocaram em contato no território nortemineiro bem como as transformações verificadas, com o passar do tempo, em função das articulações das populações existentes com homens de outras regiões.

Nessa perspectiva,

a organização social sertaneja que se estabeleceu a partir de lógicas diferenciadas, normatizou a vida considerando as regras consuetudinárias. Apoiadas no personalismo e na emotividade, homogeneizaram comportamentos que propiciaram a integração social tendo em vista vínculos de parentesco, vizinhança e compadrio, possibilitando a disseminação da solidariedade (COSTA, 1997, p. 93).

Na comunidade em destaque, assim como em muitas outras comunidades do norte de Minas, a articulação entre as famílias bem como a organização social através de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança fortalecem os vínculos de pertencimento ao local.

O sentimento de pertencimento e a construção da memória coletiva perpassam pela percepção da paisagem. A interpretação desses espaços permite a compreensão dos códigos que constituem as bases locais da cultura e possibilita analisar as formas como criam, recriam e vivem suas vidas cotidianas.

A paisagem considerada como um espaço percebido (Collot, 1990), permeia e coloca em relação as esferas da sensação (uma vez que se constitui pela percepção visual), da experiência, que irá influenciar nas opções pelo que se enxerga quando se olha e vive um espaço, e a esfera afetiva, processando e decodificando psicologicamente as possibilidades de apreensão da sensação e da experiência. Essa abordagem conceitual permite entender o espaço como construção da cultura de um grupo, sem, no entanto, deixar de considerar a relevância das experiências individuais, do olhar da pessoa⁴.

Os símbolos inscritos na paisagem e as formas que são distribuídos, bem como as redes de interação são fechos que desvelam a relação da população com o meio. Assim, as populações ribeirinhas do sertão nortemineiro na sua trajetória de vida articulam modos de vida diferenciados que asseguram a sua reprodução social, material e cultural.

⁴ RIEPER, Ana. Cotidiano e Paisagem: Uma abordagem cultural. Disponível em <http://www.canoadetolda.org.br/memoriasbsf>. acessado em 08/03/2007.

As divisões práticas e simbólicas das paisagens: os espaços percebidos

Bonnemaison (1981)⁵ afirma que “O espaço assume uma dimensão simbólica e cultural onde se enraízam seus valores e através do qual se firma a sua identidade”. Contemplar os espaços construídos - elaboração e organização - nos permite uma reflexão sobre porque estão distribuídos desta forma e não daquela, quais os significados dos símbolos impressos nesses espaços. Quando analisamos espaços urbanos eles são definidos por sua forma, função e estrutura: áreas de indústrias, centros financeiros, de comércio ou habitação, e as contradições existentes entre centro-periferia são algumas das questões que os pesquisadores se propõem.

Para estudar as representações sociais nestes espaços e os processos de acomodação, acedência ou resistência frente à homogeneização das práticas urbanas, a fragmentação dos espaços é uma prática necessária. Estudamos as representações sociais em um bairro, uma rua, uma tribo urbana, um movimento de resistência ou uma etnia, delimitadas por uma fronteira simbólica e identitária, que lhes permite construir identidades e sentimentos de pertença⁶. A construção da memória coletiva nestes espaços é elaborada num contexto dinâmico e permanente - ou às vezes fluido e efêmero.

Contrariamente, quando nosso olhar se volta para espaços de funções e formas múltiplas, a continuidade e a imbricação destes espaços constroem uma paisagem difusa e seus símbolos estão inseridos neste contexto.

Sem a dinâmica organizacional e utilitária planejada pelo poder público e pelo mercado, e geralmente constituído por grupos humanos que partilham traços culturais comuns, o conjunto reflete a forma como a sociedade se organiza e se reproduz. Esta é uma das características dos espaços rurais, das comunidades e dos pequenos povoados tradicionais que vivem e praticam atividades não-capitalistas.

A arquitetura das casas revela a simplicidade das famílias, apresentando a maioria das construções em alvenaria, sem pintura ou reboco, parte delas ainda são construções em adobe - mistura de barro com capim. As mesmas não são delimitadas por nenhum tipo de muro ou cerca, cabendo a cada

⁵ In: Rosendahl (2003, p. 194). Na discussão proposta neste texto, nossa escolha recai sobre categoria “espaço” acordando com o sentido dado pelo autor referenciado por Rosendahl ao discorrer sobre a construção da territorialidade, o território considerado como um “geossímbolo”, que encarna a relação simbólica entre cultura e espaço.

⁶ Podemos citar como exemplo os antigos espaços urbanos não reterritorializados pelas atividades de mercado, ou, se o foram, conseguiram adaptá-los no contexto em que vivem caracterizando um processo endógeno que não chega a romper o modo de vida pré-existente. São enclaves que, apesar de estarem inseridos num contexto metropolitano (considerado amnésico por Fani, 2005) possuem uma memória coletiva.

morador saber onde começa e termina o seu espaço. Os limites são demarcados pelo processo de uso: os quintais de terra são utilizados para as atividades domésticas, os varais, os tanques de lavar roupas, as plantas que pertencem a um servem de limite ao quintal do outro. O mesmo processo ocorre nas lavouras que se estendem desde o entorno das construções até as margens dos rios. Porém, os espaços de trabalho são delimitados pela função que cada um ocupa, homens e mulheres exercem papéis pré-estabelecidos e dividem, cada um, espaços de trabalho diferentes e complementares para a vida familiar.

A divisão social do trabalho na comunidade

O espaço de trabalho feminino é delimitado às circunferências de suas residências. Compete à mulher cuidar da criação de pequenos animais domésticos, do cultivo de hortas e das árvores frutíferas, além do cuidado com a casa e com os filhos; ou seja, a ela cabe assegurar alimento e o cuidado do núcleo familiar por meio das atividades domésticas cotidianas.

Em oposição ao trabalho feminino, encontra-se o espaço de trabalho masculino. Diferente daquele, limitado à circunferência das habitações, o espaço de trabalho masculino é bastante extenso, cabendo aos homens o preparo da terra, seu cultivo, a colheita, bem como a prática da pesca artesanal.

Sem delimitação física que as separaram, as roças são delimitadas pelos diversos tipos de plantio. Onde acaba a plantação de feijão de um morador começa a plantação de milho de outro. A falta de cercas tanto nos espaços que circundam as moradias como nos espaços em que praticam suas atividades reflete uma característica da organização social local, a confiança.

Esta divisão de espaços tem suas fronteiras rompidas em algumas épocas do ano, pois no trabalho da terra cabe às mulheres fazerem a semeadura. Num rito local, no período de plantio, elas saem de casa por volta das cinco horas da manhã e vão ao campo efetuar o plantio, retornando às suas casas por volta das sete horas para iniciarem os afazeres domésticos. Segundo informação dos moradores, devido à característica fecundadora da mulher, o plantio realizado pelas mesmas é sinônimo de boa colheita.

Sistema e beneficiamento da produção local

O espaço utilizado para estruturação do sistema de produção na comunidade articula as terras que servem para o cultivo agrícola, estando as mesmas localizadas principalmente nas áreas férteis às margens dos rios São Francisco e Pacuí e também nas ilhas formadas sobre o leito do rio São Francisco, favorecendo o plantio em diferentes espaços, demonstrando desta forma o seu conhecimento do solo e das possibilidades de usufruir suas

potencialidades em favor de si mesmo. Nessas terras os membros da comunidade costumam plantar a roça em sistema de consórcio, aproveitando o mesmo espaço para cultivarem duas ou mais variedades diferentes de alimentos como o milho e o feijão que são plantados juntos, o milho, a fava e o amendoim etc. Cultivam diferentes alimentos como feijão, milho, amendoim, mandioca, abóbora, quiabo, feijão andu e fava.

As hortas familiares são também fontes para complemento da alimentação local bem como fornecedora de ervas medicinais que são utilizadas no tratamento de doenças, principalmente nas crianças do lugar.

Ao realizar a colheita dos produtos plantados na roça, os moradores utilizam muitas vezes o sistema de ajuda comunitária, pois vários membros desse grupo local se dispõem a ajudar quem tem mais urgência em colher os seus produtos, não permitindo assim a perda da produção, influenciada pelo clima ou pela ação de animais e aves, principalmente periquitos e maritacas que atacam especialmente as plantações de milho. Com esse processo, reforça-se automaticamente o vínculo comunitário dos moradores, propiciando um aumento significativo da coesão social entre os membros.

A pesca realizada no rio São Francisco tem como objetivo principal o sustento familiar, sendo o excedente comercializado na cidade de Ibiaí, ponto de referência e também local de compra de outros produtos que não são encontrados na comunidade.

Manifestações culturais existentes na comunidade

Próximo ao rio São Francisco encontra-se o antigo cemitério, localizado numa porção mais alta, no meio de inúmeras árvores onde os ancestrais estão sepultados propiciando, desta maneira, atestando a territorialidade local. Existe na comunidade o ritual da chuva que é realizado quando esta demora a chegar no tempo de plantio. As mães entregam às crianças latas com água para carregarem ajoelhados por um longo percurso e regarem as covas, num pedido simbólico de intervenção dos seus antepassados junto a alguma entidade para que faça chover e eles possam semear.

Na comunidade, o mês de outubro é dedicado à santa padroeira, época em que é realizada uma festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida. Durante o período de festa, a comunidade se transforma para receber visitantes e também os moradores ausentes que migraram para outros lugares em busca de condições melhores de vida. Este é um momento onde os moradores reformam suas casas e também preparam comidas especiais para servirem aos visitantes.

Estudando uma festa em uma comunidade rural nortemineira, Lopes (2006) informa que as festas em comunidades rurais além de propiciar diversão e

alegria para os moradores, constitui-se em um momento extraordinário na vida cotidiana dessas comunidades. Este é o momento onde os moradores ausentes retornam à comunidade para reafirmarem os seus vínculos de pertencimento ao lugar, bem como o momento de se estabelecer novos laços de amizade e solidariedade.

Na comunidade, os festejos são celebrados com missas solenes na igreja local, procissões e festa familiares. É um momento de êxtase para a comunidade, onde o trabalho é suspenso temporariamente culminando com a entrega total dos moradores aos festejos.

A festa de São Gonçalo também é uma outra manifestação local, porém, sua realização independe de data pré-estabelecida, uma vez que a mesma ocorre para o pagamento de promessa quando esta foi alcançada, em qualquer época do ano⁷.

Em seus estudos sobre o catolicismo popular no Brasil, Pereira de Queiroz (1976) informa que práticas religiosas como a Dança de São Gonçalo eram realizadas nas igrejas de Salvador e de Recife, mas com a transmigração da família real portuguesa em 1808, a modernização urbana decorrente de sua instalação no Rio de Janeiro impeliu pela primeira vez a civilização rústica⁸ para o interior. O processo de modernização, progredindo cada vez mais, foi aos poucos expulsando das cidades maiores, em seguida das pequenas capitais provincianas, para finalmente se refugiar nos vilarejos e povoados.

A prática da dança de São Gonçalo na Barra do Pacuí reafirma a colocação da autora acima citada, pois a comunidade apresenta uma pequena densidade populacional e encontra-se localizada a grande distância dos grandes centros urbanos.

Pereira de Queiroz (1976) informa, ainda, que a dança de São Gonçalo é um antigo rito religioso português e que a mesma fora proibida pela igreja Católica durante o século XVIII em Portugal, porém, ela persistiu no Brasil e continua até hoje mesmo em regiões rurais consideradas modernizadas.

⁷ Tradicionalmente, a dança de São Gonçalo é apresentada em qualquer época do ano, bastando que um morador tenha prometido a dança ao santo em troca de algum pedido. Assim que a graça é alcançada, ele comunica aos vizinhos que se encarregam de organizar a dança. Na Barra do Pacuí, a dança é efetuada por um número indefinido de pares de mulheres. Apenas três homens participam: o Capitão e dois contra-guias que dão as coordenadas. Ao todo na comunidade são vinte e quatro rodas, todas com movimentos e cantigas específicas, repetindo sempre o mesmo passo. (THÉ, 2006: p. 9).

⁸ De acordo com PEREIRA DE QUEIROZ (1976, p. 78) "A civilização rústica que hoje encontramos no interior do país é o prolongamento da antiga civilização brasileira cujo nascimento teve lugar no início da colonização portuguesa."

Considerações

A comunidade rural ribeirinha de Barra do Pacuí possui conhecimentos produzidos no local onde ela se insere - técnicas do fazer e práticas do agir - em suas formas de interpretar e conviver com o ambiente adquirido no cotidiano de trabalho e reprodução social da vida, conjunto do *saber local*. Constituiu-se como um corpo coletivo tendo sua lógica voltada para a reprodução familiar e social pelo trabalho na terra, bem como para os processos de territorialidade vividos por este grupamento humano. Organizam-se em sistemas de parentescos, de compadrio e também por relações de amizades. Além disso, compreendem o trabalho da terra como sendo uma continuidade dos desejos dos ancestrais que inicialmente fundaram a coletividade.

Em suma, a comunidade tradicional de Barra do Pacuí vive, se reproduz e se relaciona com o mundo tendo a coletividade organizada e estruturada como uma comunidade a partir da qual instituem suas relações internas e externas, dando suporte à reprodução de cada família e do grupo como um todo.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni (orgs). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, João Batista de Almeida. *Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas*. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro dos. (Org) *Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas*. Montes Claros: Best, 1997.
- _____. *Cultura, natureza e populações tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira*. In: *Revista Verde Grande vol. 1 - nº 3, Montes Claros: 2005*.
- _____. *A reescrita da história, a valorização do negro e a atualização das relações ancestrais no norte de minas*. In: *Revista Verde Grande vol. 1 nº 2, 2005*.
- DAYRELL, Carlos Alberto. *Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas*. Huelva: 1998. Dissertação de Mestrado.
- DIEGUES, Antônio Carlos. *O Mito Moderno da natureza Intocada*. 5ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- FIRTH, Raymond. *Elementos de organização Social*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 1989.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Novo Dicionário Geólo-Geomorfológico*. 2ª ed. Rio

de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

LITTLE, Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. In: *Anuário Antropológico 2002/2003*. Rio de Janeiro: 2004.

LOPES, Camilo Antônio Silva. *A Festa de Santa Rosa de Lima: Territorialidades, Religiosidade, Clivagens Sociais e Coesão Social no Simbolismo Ritual*. Montes Claros: Unimontes/DPCS, 2006. Monografia de Graduação.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. *Os vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade Norte de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado, 2005.

PEREIRA DE QUIEROZ, Maria Isaura. O catolicismo Rústico no Brasil. In: *O Campesinato brasileiro*. Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1976.

THÉ, Tatiana Glinfskoi. *Barra do Pacuí: entre o rural e o urbano*. 2006. (Monografia de Graduação) Universidade de São Paulo.

